



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

---

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

---

# **CLIPPING**

10 de outubro de 2017



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Opinião</i>	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	10/10/2017	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

## 27 anos do ECA e 29 anos da Constituição

**LUIZ GONZAGA  
MARTINS COELHO**  
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

O Estatuto da Criança e do Adolescente está próximo de atingir a idade final da juventude, que hoje é, pela Lei nº 12.852/2013, os 29 anos, marco etário alcançado pela Constituição de 1988. São, assim, normas ultrapassadas? Nos tempos atuais, em que a normalidade democrática é desafiada pela incidência de ideias e atitudes políticas que negam a Democracia e a República, pode parecer que sim, mas a hígidez das instituições e de suas soluções demonstram efetivamente que nenhum passo na marcha do retrocesso é permitido.

Semana passada um adolescente foi encontrado dentro de uma cela de um estuprador condenado, enquanto crianças, que deveriam estar protegidas em uma creche, morreram queimadas pela ação de um de seus cuidadores, não havendo mais vítimas fatais pelo heroísmo da professora Helley Abreu Batista, uma verdadeira mártir, como foi o maranhense Márcio Rony, anos atrás, nesta Iha de Upaon-Açu.

Sem dúvida foram violações evidentes aos direitos de crianças e adolescentes, mas que não resumem o quadro de outras ocorrências, cotidianamente identificado nos lares, ruas, escolas e espaços públicos, inclusive governamentais. Se o ECA e a própria Constituição constituem marcos normativos que consagram a dignidade da pessoa humana que são crianças e adolescentes, como ainda temos atrocidades como as que me referi acima? A resposta é que nem o ECA e nem a Constituição tiveram sua eficácia social efetivada pela decisão política de nossos gestores, mas que os instrumentos jurídicos por ambos criados são decisivos e indispensáveis para que se reconheçam as violações, se busque sua reparação, se haja preventivamente e se responsabilize seus causadores.

O art. 227 da Constituição é considerado no cenário internacional como a mais completa compilação da Convenção da ONU sobre os direitos da criança, tratado internacional que teve a maior adesão da história do organismo multilateral. Abraçamos, desde então, a doutrina da Proteção Integral para todas as crianças e adolescentes, como dever de todos;

governo, família e sociedade; com a obrigação de promovermos todos os direitos para essas pessoas em condição peculiar de desenvolvimento e que devem ser tratadas de acordo com essa característica, além de termos que prevenir toda sorte de violação ou ameaça de violação desses direitos.

O ECA foi a primeira norma infraconstitucional que explicitou esse modelo, estruturando um Sistema de Garantias, como descrito pela Resolução 113 do CONANDA, com a porta de entrada pelo Conselho Tutelar, representação de cada comunidade, quando identificada situação de risco para esse extrato etário populacional.

O Ministério Público, refundado pela Constituição como velador dos direitos constitucionais e do Estado Democrático de Direito, teve ampliada as possibilidades de sua atuação nas lides envolvendo crianças e adolescentes, provocando a atuação de um Sistema de Justiça que não é mais, na nova ordem constitucional, o centro decisor, mas que assume seu papel indeclinável e insubstituível, de prestador da jurisdição, que deve ser efetiva, célere e adequada às características de emancipação progressiva dos meninos e meninas que tem por missão atender.

A proibição do retrocesso dos direitos fundamentais e seu caráter pétreo são delimitadores da interpretação de toda política e norma relacionada a crianças e adolescentes, não mais objetos da filantropia, mas credores, como sujeitos de direitos, de políticas públicas que a Constituição e o ECA estabelecem como garantidoras desses direitos fundamentais: as que promovem o direito à vida, à saúde, à convivência familiar e comunitária, o acesso à cultura e informação adequadas à sua capacidade de compreensão e de opção consciente, de acordo com sua faixa etária, à educação, à participação na vida política, à profissionalização, ao direito de brincar, enfim, de se desenvolver sem medos e com todas as oportunidades possíveis.

Foi a combinação das normas constitucionais e do ECA que permitiram que a discricionariedade do gestor fosse mitigada em relação às políticas públicas determinadas por Resoluções dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, como registra o leading case do

STJ, impondo uma nova e republicana forma de decisão. É a demonstração de que, como nos recorda o jurista Emílio Garcia Mendez, “criança é bom para a Democracia”.

Por isso é que o tributo devido nesses aniversários do ECA e da Constituição é o compromisso das instituições e da sociedade em buscarmos entender como avançar mais nesse caminho de afirmação de direitos e de construção de mecanismos jurídicos de proteção da infância, como o Estado brasileiro vem fazendo com novas Leis em favor de criança (não se olvidem, por exemplo, as Leis 13.431/2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, ou a Lei nº 13.257/2016, que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância).

O Ministério Público do Estado do Maranhão dá sua contribuição realizando, de 9 a 11 deste mês de outubro, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, o CONGRESSO 27 ANOS DO ECA: CAMINHOS PARA A JUSTIÇA ADAPTADA PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE NO BRASIL, com temas profundamente relacionados com essa temática de construção de novos caminhos da proteção integral ao extrato infantoadolescente, para que possamos, com os membros do Ministério Público, magistrados, defensores públicos, advogados, policiais, conselheiros tutelares, conselheiros de direitos e de políticas públicas específicas, enfim, com todos os atores do Sistema de Garantias, prevenirmos a violência institucional e aprimorarmos nossas formas de abordagem, respeitando cada vez mais a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento desse público.

O convite é aberto a toda a sociedade, sem qualquer custo, pois é necessário ampliar e qualificar o debate, eliminando impedimentos ou obstáculos. Nossas crianças e adolescentes merecem que nos comprometamos com os avanços alcançados, para que não tenha sido em vão a luta que o País travou para atingir a qualidade do processo civilizatório representado pelo conjunto formado pela Carta Cidadã e pelo ECA na enunciação e promoção de instrumentos de seus direitos. Avante MP! Avante sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes!



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Bastidores</i>
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	10 / 10 / 2017	<i>03</i> <input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

1 Depois do rumoroso caso da “prefeita ostentação”, Lidiane Leite, que acabou cassada por corrupção e recentemente teve os bens bloqueados, agora, novamente, o município de Bom Jardim tem o prefeito eleito em 2016, Francisco Alves de Araújo, afastado pela Justiça por ato de improbidade.

2 Já são cinco anos de gestões corruptas no pequeno Bom Jardim e o entra e sai de prefeitos não para. Todos denunciados pelo Ministério Público que acabam perdendo o cargo. Enquanto isso, a população não vê resultados nesse troca-troca de gestores. Em outubro de 2016, a prefeita Malrineta Gralhada, que substituiu Lidiane Leite, como sua vice, também foi afastada do cargo, acusada de improbidade.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>hora Extra</i>
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	10/10/2017	<i>OS</i>
		<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

## Pesquisa sobre Arquitetura Organizacional teve início nesta segunda-feira, 9

Como parte do Planejamento Estratégico foi iniciada, às 8h da manhã desta segunda-feira, 9, a votação eletrônica sobre Arquitetura Organizacional, que está disponível a todos os membros ativos do Ministério Público do Maranhão, para participação no processo decisório.

O processo teve início com a emissão da zerésima, comprovante de que nenhum voto foi computado antes do início da votação. Fabíola Faheina, promotora de justiça e chefe de gabinete do procurador-geral de justiça, acompanhou a emissão do documento.

Projeto estruturante do Planejamento Estratégico, a Arquitetura Organizacional tem o foco no desenvolvimento de uma cultura organizacional de planejamento e gestão; na melhoria da gestão administrativa e nos processos de trabalho; na implantação do modelo de gestão de

peças com foco em competências e resultados; na adequação do quadro funcional às necessidades da instituição e otimização da execução orçamentária.

O link para votação está disponível na página do MPMA até as 15h do dia 13 de outubro de 2017. Entre os questionamentos da enquete estão as possibilidades de alterações na carreira ministerial, entrância única, unificação de entrâncias, remoção da remoção, critérios de movimentação horizontal, e a elevação de entrância de algumas Promotorias.

“Os temas em debate surgiram durante os Eregs (Encontros Regionais). Daí a necessidade de colher sugestões dos órgãos de execução ministerial sobre o ambiente organizacional relacionado a esse projeto”, avaliou o procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Oprimão</i>	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	10/10/2017	06	

## 27 anos do ECA e 29 anos da Constituição

LUIZ GONZAGA  
MARTINS COELHO  
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

O Estatuto da Criança e do Adolescente está próximo de atingir a idade final da juventude, que hoje é, pela Lei nº 12.852/2013, os 29 anos, marco etário alcançado pela Constituição de 1988. São, assim, normas ultrapassadas? Nos tempos atuais, em que a normalidade democrática e desafiada pela incidência de ideias e atitudes políticas que negam a Democracia e a República, pode parecer que sim, mas a bigidez das instituições e de suas soluções demonstram efetivamente que nenhum passo na marcha do retrocesso é permitido.

Semana passada um adolescente foi encontrado dentro de uma cela de um esturpador condenado, enquanto crianças, que deveriam estar protegidas em uma creche, morreram queimadas pela ação de um de seus cuidadores, não havendo mais vítimas fatais pelo heroísmo da professora Helley Abreu Batista, uma verdadeira mártir, como foi o maranhense Márcio Rony, anos atrás, nesta Ilha de Uvaon-Açu.

Sem dúvida foram violações evidentes aos direitos de crianças e adolescentes, mas que não resumem o quadro de outras ocorrências, cotidianamente identificado nos lares, ruas, escolas e espaços públicos, inclusive governamentais. Se o ECA e a própria Constituição constituem marcos normativos que consagram a dignidade da pessoa humana que são crianças e adolescentes, como ainda temos atrocidades como as que me referi acima? A resposta é que nem o ECA e nem a Constituição tiveram sua eficácia social efetivada pela decisão política de nossos gestores, mas que os instrumentos jurídicos por ambos criados são decisivos e indispensáveis para que se reconheçam as violações, se busque sua reparação, se haja preventivamente e se responsabilize seus causadores.

O art. 227 da Constituição é considerado no cenário internacional como a mais completa compilação da Convenção da ONU sobre os direitos da criança, tratado internacional que teve a maior adesão da história do organismo multilateral. Abraçamos, desde então, a doutrina da Proteção Integral para todas as crianças e adolescentes, como dever de todos;

governo, família e sociedade; com a obrigação de promovermos todos os direitos para essas pessoas em condição peculiar de desenvolvimento e que devem ser tratadas de acordo com essa característica, além de termos que prevenir toda sorte de violação ou ameaça de violação desses direitos.

O ECA foi a primeira norma infraconstitucional que explicitou esse modelo, estruturando um Sistema de Garantias, como descrito pela Resolução 113 do CONANDA, com a porta de entrada pelo Conselho Tutelar, representação de cada comunidade, quando identificada situação de risco para esse extrato etário populacional.

O Ministério Público, refundado pela Constituição como velador dos direitos constitucionais e do Estado Democrático de Direito, teve ampliada as possibilidades de sua atuação nas lides envolvendo crianças e adolescentes, provocando a atuação de um Sistema de Justiça que não é mais, na nova ordem constitucional, o centro decisor, mas que assume seu papel indeclinável e insubstituível, de prestador da jurisdição, que deve ser efetiva, célere e adequada às características de emancipação progressiva dos meninos e meninas que tem por missão atender.

A proibição do retrocesso dos direitos fundamentais e seu caráter petreo são delimitadores da interpretação de toda política e norma relacionada a crianças e adolescentes, não mais objetos da filantropia, mas credores, como sujeitos de direitos, de políticas públicas que a Constituição e o ECA estabelecem como garantidoras desses direitos fundamentais: as que promovem o direito à vida, à saúde, à convivência familiar e comunitária, o acesso à cultura e informação adequadas à sua capacidade de compreensão e de opção consciente, de acordo com sua faixa etária, à educação, à participação na vida política, à profissionalização, ao direito de brincar, enfim, de se desenvolver sem medos e com todas as oportunidades possíveis.

Foi a combinação das normas constitucionais e do ECA que permitiram que a discricionariedade do gestor fosse mitigada em relação às políticas públicas determinadas por Resoluções dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, como registra o leading case do

STJ, impondo uma nova e republicana forma de decisão. É a demonstração de que, como nos recorda o jurista Emílio Garcia Mendez, "criança é bom para a Democracia".

Por isso é que o tributo devido nesses aniversários do ECA e da Constituição é o compromisso das instituições e da sociedade em buscarmos entender como avançar mais nesse caminho de afirmação de direitos e de construção de mecanismos jurídicos de proteção da infância, como o Estado brasileiro vem fazendo com novas Leis em favor de criança (não se olvidem, por exemplo, as Leis 13.431/2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, ou a Lei nº 13.257/2016, que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância).

O Ministério Público do Estado do Maranhão dá sua contribuição realizando, de 9 a 11 deste mês de outubro, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, o CONGRESSO 27 ANOS DO ECA: CAMINHOS PARA A JUSTIÇA ADAPTADA PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE NO BRASIL, com temas profundamente relacionados com essa temática de construção de novos caminhos da proteção integral ao extrato infantoadolescente, para que possamos, com os membros do Ministério Público, magistrados, defensores públicos, advogados, policiais, conselheiros tutelares, conselheiros de direitos e de políticas públicas específicas, enfim, com todos os atores do Sistema de Garantias, prevenirmos a violência institucional e aprimorarmos nossas formas de abordagem, respeitando cada vez mais a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento desse público.

O convite é aberto a toda a sociedade, sem qualquer custo, pois é necessário ampliar e qualificar o debate, eliminando impedimentos ou obstáculos. Nossas crianças e adolescentes merecem que nos comprometamos com os avanços alcançados, para que não tenha sido em vão a luta que o País travou para atingir a qualidade do processo civilizatório representado pelo conjunto formado pela Carta Cidadã e pelo ECA na enunciação e promoção de instrumentos de seus direitos. Avante MP! Avante sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes!



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA	10 / 10 / 2017	5	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

## Judiciário em Pastos Bons condena homem a 16 anos de prisão

A juíza Claudilene Moraes, titular de Pastos Bons, presidiu uma sessão do tribunal do júri na comarca. O réu (ausente) foi Endias Pereira de Sousa, acusado de prática de homicídio contra as vítimas Francisco Sousa do Carmo e Antônio dos Reis de Sousa. Endias foi considerado culpado pelo conselho de sentença e recebeu a pena de 16 anos e 4 meses de prisão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado.

Consta na denúncia que o assassinato das vítimas ocorreu em julho de 2000, no bairro São José, em Pastos Bons. Narra o inquérito que Endias era cunhado de uma das vítimas e praticou o crime com a ajuda de mais duas pessoas. No dia anterior ao crime, Antônio dos Reis de Sousa teria discutido com Endiana Pereira de Sousa, sua esposa, também denunciada neste caso. Ela teria dito em meio a uma discussão que Antônio sairia de casa vivo ou morto.

Às 5 horas da manhã do dia seguinte, ele foi surpre-

endido no terreiro de casa com a visita de Endias Pereira e Antônio Orlando (também denunciado), acompanhados de Endiana. Ela teria usado o filho para atrair Antônio até o terreiro. Ato contínuo, Endias teria efetuado vários disparos, ocasionando na morte de Antônio dos Reis. Com o barulho dos tiros, a vítima Francisco do Carmo também saiu no terreiro, momento em que foi alvejado fatalmente por disparos de arma de fogo.

Logo após o acontecido, os dois acusados fugiram. A polícia apurou que já aconteceram várias confusões e discussões entre as famílias das vítimas e denunciados.

Atuaram no julgamento o promotor de Justiça Leonardo Soares e o advogado Marcos Fábio Moreira. A pena de Endias deverá ser cumprida no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís. O julgamento foi realizado na última quinta-feira, dia 5, na Câmara de Vereadores de Pastos Bons.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Outros	
DATA	10 / 10 / 2017	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

## Nota 10



O Ministério Público do Maranhão realiza entre os dias 9 e 11 de outubro, um congresso sobre os 27 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	10 / 10 / 2017	4	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

## Senador La Rocque Ex-prefeito é condenado por pagamento de gratificação salarial indevida

A Justiça condenou o ex-prefeito de Senador La Rocque João Alves Alencar em “Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa” movida pelo Ministério Público Estadual, pela prática de atos definidos na Lei de Improbidade Administrativa. De acordo com a sentença do juiz Paulo Souto Montenegro (comarca de Senador La Roque), Alencar foi condenado às seguintes penalidades: suspensão dos direitos políticos pelo período de três anos; multa civil no valor correspondente a três vezes o valor da remuneração mensal percebida à época dos fatos; proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios pelo período de três anos. Segundo a denúncia do Ministério Público estadual, o ex-prefeito e uma professora municipal praticaram ato de improbidade administrativa por apropriação indevida do valor pecuniário pertencente ao município, porque o ex-prefeito autorizou o pagamento de gratificações salariais indevidas à servidora, causando prejuízo ao erário no valor de R\$ 14.132,90. Conforme as folhas de

pagamentos do ano de 2011, o município creditava nos salários da professora duas gratificações salariais denominadas “dobra de turnos”, nos valores respectivos de R\$ 667,92 e R\$ 334,00. De janeiro a julho de 2012, passou a pagar à servidora a “gratificação salarial” no valor de R\$ 873,98 – além da gratificação de função de direção.

Em sua contestação, João Alencar alegou que os pagamentos dessas gratificações foram respaldadas na legislação municipal. Já a professora rechaçou as alegações dizendo que, na realidade, só existia uma gratificação referente ao cargo de diretora de escola, associada a uma dobra de turno, este de forma eventual, que a ré assumia, à época, e quando da ausência de professor no quadro docente.

### GRATIFICAÇÕES

Na análise da questão, o juiz constatou ter ficado claro que as gratificações sob título “dobra de turno” corresponderam ao trabalho além da carga horária estipulada. A gratificação “complementação salarial” também tinha a mesma natureza da gratificação de “dobra de turno”, de compensar

financeiramente os “professores por trabalharem mais de um turno”.

Segundo o magistrado, embora não exista lei que regule o pagamento de tais gratificações, não se pode deixar de considerar que os professores e/ou diretores recebiam as gratificações como contraprestação ao serviço prestado de forma extraordinária. Dessa forma, a prestação de serviço e o pagamento mediante a inclusão de gratificações no contracheque dos servidores descaracterizam o dolo da servidora em causar prejuízo ao erário.

Além disso, o juiz constatou que durante o ano de 2011, a professora, apesar de exercer a função de Diretora de Escola, não recebia a gratificação correspondente ao cargo, fato este que só ocorreu no ano de 2012. Desse modo, a gratificação “dobra de turno” também poderia ter sido incluída em sua folha de pagamento como forma de gratificá-la pelo exercício da função, conforme alegado pela sua defesa.

Já em relação ao ex-prefeito José Alves Alencar, o juiz constatou uma situação diferente. Por se tratar de chefe do Poder

Executivo, ele só poderia conceder gratificação a qualquer servidor mediante lei que a regulamentasse, pois suas ações, em regra, são orientadas por lei. “(...) as gratificações não podem ser incluídas na folha de pagamento dos servidores sem previsão legal, mesmo que seja para compensar pelo trabalho realizado além da carga horária estipulada par ao cargo público”, assegurou o magistrado.

O ex-prefeito, apesar de alegar existência de respaldo legal, não apresentou lei que autorizasse a concessão de gratificações aos servidores da rede de ensino municipal em situações de “dobra de turno”, substituição de outros professores e/ou pelo exercício de função gratificada (diretor de escolar).

“No caso, restou demonstrado nos autos que o ex-prefeito atribuiu gratificações por mero ato administrativo e sem nenhum critério objetivo, de forma que, concedeu aumento de vencimentos à servidora em afronta aos princípios da Administração Pública, em especial, aos princípios da legalidade, moralidade e impessoalidade”, declarou o juiz na sentença.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça  
COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia	<input type="checkbox"/> Outros
DATA	10 / 10 / 2017	03	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

## Prefeito volta a cobrar publicamente ações do governo em seu município

Lahesio Rodrigues Bonfim acusa Flávio Dino de alimentar uma rixa com São Pedro dos Crentes desde que ele gravou vídeo cobrando liberação de viaturas

O prefeito de São Pedro dos Crentes, Lahesio Rodrigues do Bonfim (PSDB), que ganhou notoriedade no Maranhão depois de reclamar publicamente do esquecimento do município, pelo Governo do Estado, na entrega de viaturas da Polícia Militar, voltou a reclamar do governador Flávio Dino (PCdoB).

Ele agora acusa Flávio Dino de alimentar uma rixa com sua gestão, por causa dos vídeos com cobranças feitas ao Palácio dos Leões postados pelo prefeito nas redes sociais. Os vídeos têm gerado repercussão negativa para o governo na imprensa e na blogosfera. "Se você quiser continuar com essa briguinha, você pode continuar. Você está um homem gigante, um Golias, contra uma cidadezinha



Lahesio Rodrigues critica as ações de Flávio Dino no MA

do tamanho do nada, no fim do mundo, a terceira menor cidade, com o menor Fundo de Participação dos Municípios (FPM) do Maranhão e do Brasil", protesta.

Em novo vídeo compartilhado nas redes, o tucano diz que após a pressão inicial foi enviada uma viatura para a cidade, mas reclama que há dois meses a Secretaria de Estado da Saúde (SES) não paga pelas Autorizações de Internação Hospitalar (AIH) emitidas no hospital de 20 leitos do município.

Ele também cobra poços artesianos, uma ambulância e uma Escola Digna. E acrescenta: "O 'Mais Impostos' esse já chegou por aqui".

O gestor disse não entender por que o governador alimenta a briga

com o município, já que apenas tem cobrado os direitos da população de São Pedro dos Crentes, que, inclusive, votou nele. O prefeito lamenta a recusa do comunista em atender um único apelo, deixando claro que não fez nenhum outro pedido ao governo. "Não estamos pedindo poços, obras no 'Mais Asfalto', ambulâncias", ressalta, agradecendo o envio de uma viatura à Polícia Militar para o patrulhamento na cidade, o que só ocorreu após muita insistência.

"Parece que só funciona assim, após publicação de vídeo. O seu governo parece que só acontece quando é pressionado", detona, para, em seguida, justificar a rejeição ao nome do comunista pelo povo do município.

"Não votamos em um governador como o senhor, em um governo como o seu porque este povo aqui aprendeu que não deve votar por migalhas e nem votar em quem começa a dar as coisas depois que oprime", disparou, recordando os apelos e esforços feitos em vão pela prefeitura para que o governo realizasse obras dos programas "Mais Água", "Mais Asfalto" e "Escola Digna" em São Pedro dos Crentes. ■



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
DATA	10 / 10 / 2017	3	

## TRANSPARÊNCIA

# TCE amplia acesso à lista de gestores encaminhada à Justiça Eleitoral

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA) deu mais um passo definitivo no caminho da transparência. A partir de agora, os órgãos judiciais tem acesso garantido à lista de gestores encaminhada à justiça eleitoral e aos respectivos processos diretamente na página do TCE na internet. A medida possibilitará um avanço expressivo no controle da administração pública, nas áreas da improbidade e criminal, além dos processos eleitorais.

Um dos aspectos mais importantes da medida estabelece que, para fins de gestão e transparência das informações sejam evidenciadas em listas à parte,

também no sítio eletrônico do TCE, as alterações decorrentes de revisão do próprio Tribunal ou de cumprimento de ordem judicial. Nesses casos, constará indicação do número do processo de revisão ou do processo judicial.

A Lei das Eleições determina o envio da lista de gestores com contas desaprovadas nos últimos oito anteriores à realização de cada eleição até o dia 15 de agosto à Justiça Eleitoral e ao Ministério Público Eleitoral (MPE), nos anos em que ocorrerem eleições.

Na página do TCE, o número do processo de contas e o do processo de revisão respectivo

funcionarão como meios de ligação eletrônicos às principais peças do processo, que incluem o teor integral do parecer prévio ou acórdão (relatório, voto do relator e demais votos escritos), parecer do Ministério Público de Contas, defesa do responsável e recursos apresentados e relatórios do corpo técnico.

“Trata-se de uma medida de alcance extraordinário, que ultrapassa a mera questão do deferimento ou não de candidaturas. De fato, a decisão de dar ampla publicidade à lista é uma contribuição efetiva à mudança de hábitos políticos em nosso estado”, observa o presidente do TCE, conselheiro

Caldas Furtado.

Na avaliação do procurador da República, José Raimundo Leite Filho, a decisão do TCE vem preencher uma grave lacuna no combate à corrupção no estado. “A falta dessa lista dificultava o acesso aos processos de contas referentes aos recursos federais, nas improbidades de nossa responsabilidade, e criava enorme dificuldades ao procurador regional Eleitoral, obrigado que está a trabalhar, nas impugnações, com prazo muito exíguo, já que essa relação tradicionalmente, por aqui, somente se divulga às vésperas do processo de registro de candidatura”.

## RESSARCIR R\$ 91.575,00 AO MUNICÍPIO

O juiz Raphael Leite Guedes (titular da comarca de Bom Jardim) condenou o ex-presidente da Câmara Municipal de Bom Jardim (MA), Arão Sousa da Silva, pela prática do ato de improbidade administrativa durante a sua gestão, no biênio 2015/2016, por não recolher nem repassar valores de contribuições à Previdência Social.

Arão Silva foi condenado a devolver ao erário R\$ 91.575,00 não recolhidos e/ou não repassados à Previdência Social, que deverão ser corrigidos com a incidência de juros e correção monetária desde a sua omissão, e encaminhados à Autarquia Federal; a pagar multa civil no valor correspondente a cinco vezes o valor da remuneração mensal recebida por ele no final de sua gestão, em dezembro de 2016; à suspensão de seus direitos políticos por cinco anos e à proibição de contratar com o Poder Público, de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de três anos.

A multa civil deverá ser revertida em favor do município de Bom Jardim, conforme determina a Lei de Improbidade Administrativa (LIA), nº. 8.429/92. O juiz deixou de aplicar a pena de condenação à perda da função pública, uma vez que o mandato do réu já foi encerrado.

A Ação Civil por Ato de Improbidade Administrativa foi proposta pelo Município de Bom Jardim sob a acusação de omissão do réu, que, na condição de Presidente da Câmara Municipal, deixou de regularizar e/ou comprovar o recolhimento de valores a título de contribuições previdenciárias e a sua destinação, o que acarretou a inadimplência do município junto à União.

Arão Silva contestou a ação alegando que o débito existente já teria sido quitado, juntando aos autos comprovantes de pagamento, e que tal atraso se deu por conta do repasse tardio efetuado pelo município à Câmara de Vereadores; mas, para o Ministério Público, o réu, apesar de ter juntado alguns boletos de pagamento, não comprovou a total quitação do débito.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	10/10/2017		

## TCE investiga suspeita de fraude previdenciária na Câmara de SL

Uma auditoria do Tribunal de Contas do Maranhão (TCE-MA) aponta indícios de fraude na gestão dos recursos da previdência na Câmara Municipal de São Luís. Há vários anos o legislativo municipal não repassa ao Instituto de Previdência e Assistência do Município de São Luís (IPAM) os valores da contribuição previdenciária.

Além do TCE, o Ministério Público Federal (MPF) investiga o destino do dinheiro recolhido dos servidores da Câmara Municipal da capital. Após a auditoria, o TCE aguarda a manifestação do IPAM sobre as irregularidades apontadas no relatório da auditoria.

Na última quarta-feira, o diretor geral da Câmara, Itamilson Corrêa Lima, prestou esclarecimentos no TCE. Na semana passada, a diretora Ana Karina Cordeiro também foi ouvida sobre o dinheiro recolhido pelo Legislativo municipal para o pagamento previdenciário.

Suspeita-se tanto no TCE quanto no MPF que o IPAM não sabe ao certo o número de servidores da Câmara de Vereadores. Além de descobrir quantos funcionários existem no Legislativo municipal, as investigações querem encontrar o destino dos recursos descontados em folha como contribuição previdenciária.

A assessoria de Comunicação da Câmara confirmou a existência da auditoria e informou que o presidente da Casa, vereador Astro de Ogum (PR), está fornecendo todas as informações necessárias às investigações em andamento. (COM O INFORMANTE)

## De acusadora a acusada

A “máfia dos combustíveis”, instalada na prefeitura e na Câmara Municipal de Bom Jardim – que resultou no afastamento, na sexta-feira (6), do prefeito Francisco Alves de Araújo, o “Dr. Francisco” (PSDB) e de 7 vereadores – tem o envolvimento de uma das parlamentares municipais que mais lutaram pelo afastamento da ex-prefeita Lidiane Leite, acusada de desvios na Educação.

A vereadora Maria Sônia Brandão de Jesus, a “Dra. Sônia” (PSC), afastada na sexta, foi uma das maiores críticas da gestão corrupta de Lidiane.

## Explicação capenga

O prefeito “Dr. Francisco” fincou pé em São Luís, ontem, acompanhado de advogados, na tentativa de reverter a decisão judicial que o afastou da prefeitura de Bom Jardim.

O tucano deu uma explicação capenga sobre o abastecimento dos carros de 7 vereadores com dinheiro da prefeitura. Disse que os vereadores abasteciam seus carros com combustível pago pela Prefeitura porque “socorriam moradores necessitados de serviços de saúde, da área rural para a sede e da sede para outros municípios”, uma vez que as ambulâncias de Bom Jardim estão desativadas.

## ‘Grampos’ comprovam

Só que o Ministério Público tem provas (interceptações telefônicas, inclusive) de que os abastecimentos serviam a finalidades particulares dos vereadores de Bom Jardim, em troca de apoio político.

## Requer investigação

O caso de uma professora de Caxias – Luana de Sousa Oliveira, 26 anos – que denunciou, numa rede social, ter levado “um soco e uma cusparada” de Guilherme Fraga da Silva Amorim, 33, que seria ex-funcionário da Secretaria de Assistência Social do município, requer investigação acurada da polícia.

Luana diz que foi agredida por Guilherme por ter se recusado a sair com ele. Já o acusado fez um BO, negando a agressão e afirmando que Luana quer denegri-lo por ele ter terminado um relacionamento amoroso com ela.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	10 10/10/2017	laderino 2	
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

## Ordem de serviço para reforma da Rua Grande é assinada e obra deve começar em novembro

Os trabalhos, de responsabilidade da Ducol Engenharia, serão iniciados pela Praça Deodoro e devem ser concluídos até o final de 2018

### LUCIENE VIEIRA

As obras de requalificação urbanística da Rua Grande serão iniciadas nos primeiros dias de novembro, deste ano. Para isso, na manhã dessa segunda-feira (9), foi assinada a ordem de serviço, entre o superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no Maranhão, Maurício Itapary, e o empresário Henry Duailibe, proprietário da Ducol Engenharia, que será responsável pela execução dos trabalhos.

De acordo com Maurício Itapary, toda a parte de legalização das ações no maior centro comercial de São Luís, a Rua Grande, será feita ainda neste mês de outubro. Já para o próximo, segundo Itapary, está previsto montar o canteiro de obra inicialmente nas praças Deodoro e Phanteon, além das avenidas Silva Maia e Gomes de Souza; sendo que, a grande prioridade para essa fase inicial da requalificação seria a Praça Deodoro. Depois, conforme Itapary, todas as atividades seguirão o sentido Rua do Passeio até o Largo do Carmo. O projeto de requalificação urbanística, que integra as ações do PAC Cidades Históricas, beneficiará diretamente cerca de 130 lojas instaladas ao longo

dos 800 metros de extensão da Rua Grande, uma vez que o novo aspecto visual e o conforto, a serem oferecidos pelo principal e mais tradicional centro comercial de São Luís, devem atrair mais negócios e consumidores.

Maurício Itapary garantiu que diversas reuniões ao longo dos últimos dois anos estão sendo feitas com a Câmara de Dirigentes Lojistas de São Luís (CDL), a Associação Comercial do Maranhão (ACM), Prefeitura e Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (Fiema), cuja finalidade é executar os trabalhos de reforma da via, com o mínimo de incômodo para lojistas, vendedores e consumidores.

"É um diálogo permanente. Inclusive, essas entidades de classe nos ajudaram bastante na liberação dos recursos. São pessoas parceiras do Iphan nesse projeto. E acreditamos que toda obra trás incômodos, mas, vamos procurar fazer de uma forma que tenhamos o mínimo de transtorno, nos serviços na Rua Grande", declarou o superintendente do Iphan, ao acrescentar que, ficou a cargo da Prefeitura de São Luís, a retirada dos vendedores ambulantes tanto na via quanto nas praças e avenidas, para a execução da obra.

Sobre o plano de trabalho, Itapary disse

que a previsão é que até o fim do ano de 2018 a obra esteja concluída. De garantido, segundo o superintendente do Iphan, estão os R\$ 6 milhões liberados pelo presidente Michel Temer na última terça-feira (3), para as execuções referentes a 2017; sendo que, em 2018, será necessário um reforço orçamentário. O valor total da obra da Rua Grande, que também alcançará as praças Deodoro e do Pantheon, conforme o superintendente do Iphan, corresponde a R\$ 31.404.149,09.

### OBRA NO PERÍODO DA NOITE

A respeito do projeto, Henry Duailibe, dono da Ducol Engenharia Ltda, garantiu que os trabalhos serão feitos no período noturno, sendo executadas poucas as atividades nos horários da manhã e da tarde, de segunda a sexta-feira, o que será compensado aos fins de semana. "O prazo de entrega até o fim do ano de 2018 é um desafio para a empresa, mas tenho certeza que vamos cumprir. Os serviços serão realizados ainda aos sábados e domingos, quando há um fluxo muito menor de pessoas circulando pela Rua Grande", informou Duailibe.

O projeto foi feito pela ABI de Pernambuco, e a maranhense Vitral. No entanto, as duas empresas teriam



Observado pelo empresário Henry Duailibe, Maurício Itapary assina ordem de serviço para início da reforma da Rua Grande

quebrado acordos contratuais com o Iphan, e foram substituídas pela Ducol, que carrega EM seu currículo o embutimento da fiação de todo o Projeto Reviver, no Centro Histórico. O mesmo serviço de retirada de postes, de modo que toda a fiação elétrica e de telecomunicações seja embutida, será realizado pela Ducol na Rua Grande. Ainda, segundo Henry Duailibe, será instalado um novo sistema de drenagem e de esgotamento sanitário, além de que o piso atual de paralelepípedos será substituído e nivelado, entre outras intervenções.

### TRABALHOS POR QUADRA

Os trabalhos serão feitos por quadra, havendo dez quadras em toda a extensão da via; e cada quadra levará cerca de

45 dias para ficar pronta. Segundo Itapary, tapumes cercarão o leito da via, deixando as calçadas livres. Cerca de 60 funcionários da Ducol será o contingente para o começo dos serviços de requalificação; no ápice das atividades, a empresa deve chegar às 200 contratações.

Sobre as transversais onde há passagem autorizada de carro (aproximadamente em duas), Maurício Itapary afirmou que o piso será reforçado, mas, o superintendente do Iphan, disse ainda que somente os serviços de requalificação não resolverão todos os problemas desse centro comercial. "Há o descarregamento de mercadoria por carros grandes, poluição sonora e os 'cameiões', questões que a Prefeitura de São Luís deverá resolver", afirmou.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	10/10/2017	5 <input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

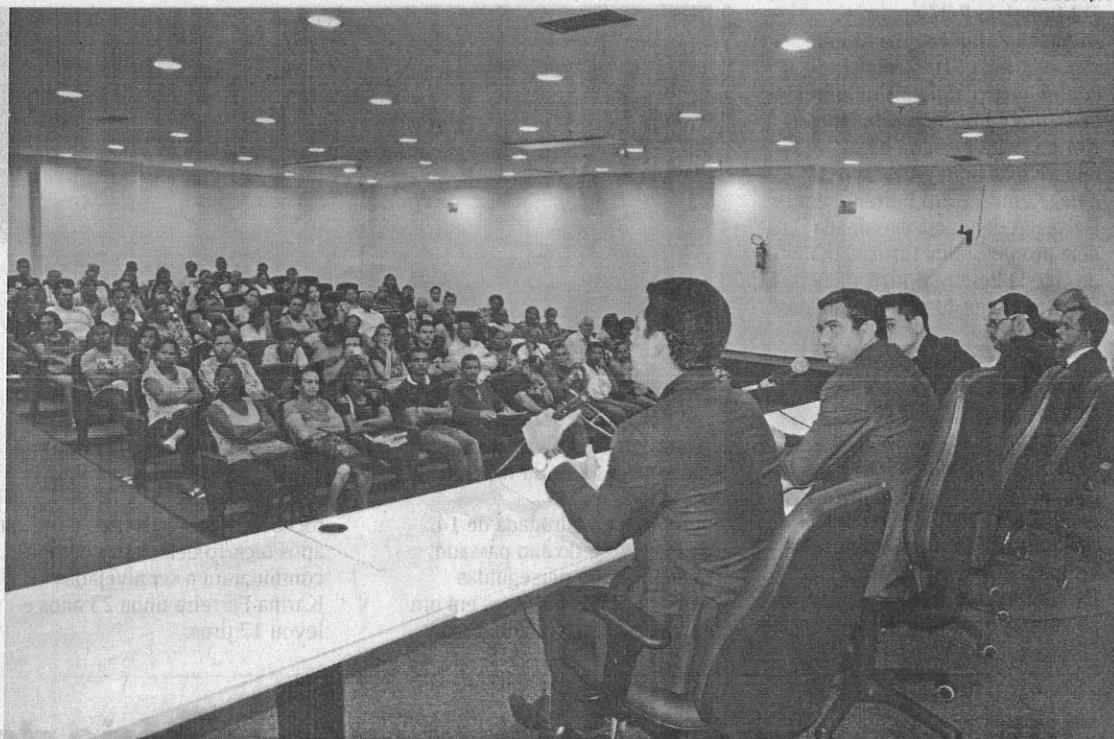
# Retorno de ambulantes para terminais de integração é discutido em audiência

Reunião contou com a participação de representantes da DPE, do Poder Judiciário e do Município

DIVULGAÇÃO

Foi realizada nessa segunda-feira (9), no auditório do Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís, a primeira audiência de conciliação para buscar um entendimento entre o Município de São Luís e os trabalhadores ambulantes retirados dos cinco terminais de integração de transporte coletivo, situados na capital, desde o início do ano. O encontro, proposto pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos, é decorrente de Ação Civil Pública (ACP) ajuizada pela Defensoria Pública do Estado (DPE/MA), por meio do Núcleo de Direitos Humanos (NDH), com o objetivo de garantir o retorno das inúmeras famílias aos seus respectivos postos de trabalho, uma vez que desenvolviam atividades comerciais responsáveis por sua subsistência.

Cerca de 100 ambulantes acompanharam a audiência, que acabou sem acordo. Mediado pelo juiz Douglas de Melo, o encontro contou com a participação do defensor Jean Carlos Nunes Pereira e de representantes da Procuradoria e das secretarias municipais de Trânsito e Transportes (SMTT) e de Urbanismo e Habitação (Semurh). No início dos trabalhos, o magistrado fez um breve resumo da situação, lembrando que os trabalhadores haviam sido retirados dos terminais, porque a administração desses espaços foi concedida a um consórcio e que este, nos termos do contrato de concessão, poderia explorá-los economicamente como forma de remuneração pelo serviço prestado. Por outro lado, Douglas Melo ratificou o enorme problema gerado às pessoas, que já



Audiência contou com a participação de autoridades e dos vendedores ambulantes

trabalhavam no local há mais de 10 anos e reivindicam uma alternativa para continuarem a garantir a sobrevivência da família.

Jean Carlos sustentou o que já havia exposto na ACP, reiterando acordo no qual solicita a adequação de espaços dentro dos terminais a serem destinados aos ambulantes em situação de maior vulnerabilidade, com fixação de regras acerca de barracas padronizadas, fardamento, identificação e estabelecimento de taxa de uso do espaço. O juiz ainda acrescentou à proposta da DPE a possibilidade de a Prefeitura realocar nos cinco

terminais ao menos 100 trabalhadores, conforme estrutura de cada um. Para os demais que ficarem desassistidos, Melo solicitou a realização de cursos de qualificação para ajudar a reinseri-los no mercado de trabalho. O procurador do Município Francimar Soares da Silva Júnior foi enfático ao afirmar que, dada a complexidade da demanda, não poderia apresentar nenhuma proposta aos ambulantes. "Mas o encontro foi muito importante porque todos os anseios apresentados serão levados aos gestores", ponderou. Foi fixado um prazo de 30 dias ao Município

de São Luís para apresentação de contestação.

A palavra foi franqueada a vários trabalhadores e representantes de instituições que defendem a causa. O presidente do Sindicato do Comércio de Vendedores Ambulantes de São Luís, José de Ribamar Ferreira, após elencar os prejuízos sofridos por quem está sem trabalho há mais de seis meses, disse que tem esperança na resolução do problema. "Esperamos ter sensibilizado os representantes do prefeito e eles voltem atrás na nossa retirada dos terminais", destacou.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Noticias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>hora Extra</i>
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	10/10/2017	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

## DPE, Judiciário e Município discutem acordo para volta dos ambulantes aos terminais

Foi realizada nesta segunda-feira (09), no auditório do Fórum Des. Sarney Costa, em São Luís, a primeira audiência de conciliação para buscar um entendimento entre o Município de São Luís e os trabalhadores ambulantes retirados dos cinco terminais de integração de transporte coletivo, situados na capital, no início do ano. O encontro, proposto pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos, é decorrente de Ação Civil Pública (ACP) ajuizada pela Defensoria Pública do Estado (DPE/MA), por meio do Núcleo de Direitos Humanos (NDH), com o objetivo de garantir o retorno das inúmeras famílias aos seus respectivos postos de trabalho, uma vez que desenvolviam atividades comerciais responsáveis por sua subsistência.

Cerca de 100 ambulantes acompanharam a audiência, que acabou sem acordo.

Mediado pelo juiz Douglas de Melo, o encontro contou com a participação do defensor Jean Carlos Nunes Pereira e de representantes da Procuradoria e das Secretarias Municipais de Trânsito e Transportes (SMTT) e de Urbanismo e Habitação (Semurh). No início dos trabalhos, o magistrado fez um breve resumo da situação, lembrando que os trabalhadores haviam sido retirados dos terminais, porque a administração desses espaços foi concedida a um consórcio e que este, nos termos do contrato de concessão, poderia explorá-los economicamente como forma de remuneração pelo serviço prestado. Por outro lado, Douglas Melo ratificou o enorme problema gerado às pessoas, que já trabalhavam no local há mais de 10 anos e reivindicam uma alternativa para continuarem a garantir a sobrevivência da

família.

Jean Carlos sustentou o que já havia exposto na ACP, reiterando acordo no qual solicita a adequação de espaços dentro dos terminais a serem destinados aos ambulantes em situação de maior vulnerabilidade, com fixação de regras acerca de barracas padronizadas, fardamento, identificação e estabelecimento de taxa de uso do espaço. O juiz ainda acrescentou à proposta da DPE a possibilidade de a Prefeitura realocar nos cinco terminais ao menos 100 trabalhadores, conforme estrutura de cada um. Para os demais que ficarem desassistidos, Melo solicitou a realização de cursos de qualificação para ajudar a reinseri-los no mercado de trabalho.

O procurador do Município Francimar Soares da Silva Júnior foi enfático ao afirmar que, dada a complexidade da

demanda, não poderia apresentar nenhuma proposta aos ambulantes. "Mas o encontro foi muito importante porque todos os anseios apresentados serão levados aos gestores", ponderou. Foi fixado um prazo de 30 dias ao Município de São Luís para apresentação de contestação.

A palavra foi franqueada a vários trabalhadores e representantes de instituições que defendem a causa. O presidente do Sindicato do Comércio de Vendedores Ambulantes de São Luís, José de Ribamar Ferreira, após elencar os prejuízos sofridos por quem está sem trabalho há mais de seis meses, disse que tem esperança na resolução do problema. "Esperamos ter sensibilizado os representantes do prefeito e eles voltem atrás na nossa retirada dos terminais", destacou.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	10 / 10 / 2017	01	

# 78% dos pescadores estão irregulares

Segundo relatório da Controladoria Geral da União (CGU), em todo o Brasil entrevistados recebem pagamentos do seguro-defeso ao pescador artesanal sem nunca ter exercido a atividade

PATRICIA CUNHA

No Maranhão, 100% das entrevistados dos municípios de Maranhãozinho, Brejo, Anajáuba, Urbano Santos e Pio XII recebem o benefício do seguro-defeso irregularmente. Dos entrevistados em todo o Brasil, 66%, embora indicados como exclusivamente pescadores, não exerceram a pesca no período analisado pela entrevista (2013 e 2014), ou praticaram outras atividades remuneradas, geralmente informais, tendo a pesca como atividade complementar.

Para a condução da auditoria, a Controladoria Geral da União visitou as residências e realizou entrevistas com 2.315 cadastrados no RGP como beneficiários do seguro-defeso, distribuídos em 126 municípios. Entre as irregularidades encontradas, destacava-se o pagamento indevido de seguro-defeso.

Na Grande Ilha, o relatório englobou os municípios de José de Ribamar, Raposa e São Luís, estes com irregularidades de 95, 70 e 50 por cento respectivamente.

No Brasil, o Maranhão ocupa o segundo lugar em pagamentos de seguro-defeso em montante realizado nos últimos cinco anos. Foram pagas para 201.252 pescadores o recurso de mais de R\$ 1 bilhão.

O relatório foi divulgado pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) e aponta sistemas vulneráveis e utilização para fins eleitorais. O objetivo da auditoria foi avaliar a regularidade dos beneficiários inscritos no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP); a segurança da base de dados; o processo de concessão de licenças de pesca; bem como a rotina de fiscalização adotada pelo órgão responsável - antes a cargo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), mas, desde maio de 2017, em razão da MP nº 782, transferida ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

O tema foi selecionado em razão do volume de recursos envolvidos para o pagamento do seguro-defeso que passou de R\$ 602 milhões em 2009 para quase R\$ 2 bilhões em 2015. No mesmo período, houve aumento de 92,4% no número de inscritos no RGP atingindo a marca de 1.052.711 pescadores artesanais cadastrados.

## Federação refuta relatório

Em entrevista por telefone, o presidente em exercício da Federação dos Pescadores do Estado do Maranhão, Francisco Oliveira, afirmou estar surpreso com essa constatação, uma vez que o próprio Ministério da Pesca é responsável pela emissão das carteiras dos pescadores.

"O pescador para receber o seguro-defeso precisa ser habilitado. Primeiro passa pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca do Ministério da Pesca do governo federal. Ele primeiro precisa ter a carteira para ter acesso ao seguro. E as demais exigências são feitas no momento em que ela apresenta a documentação, pois passa por uma investigação e quem faz a investigação é o pessoal credenciado pelo Governo Federal, por meio do Ministério do Trabalho e Previdência Social, eu não tenho como inventar e dizer que o pescador não tem direito, também não tenho esse poder de colocar determinado número de

peças para dar Seguro. Não é assim que funciona. Os critérios são dentro da lei", afirma. Os pescadores, segundo Francisco Oliveira, passam por uma entrevista na colônia (Federação) e outra na Sispap. "E a entrevista não é fútil e quando não tem possibilidade de ter a carteira, é vetado. É o Ministério que faz esse controle", comenta. O presidente não soube precisar quantos pescadores estão cadastrados na Grande Ilha, mas diz que no último recadastramento que houve, cerca de 30 mil carteiras foram apreendidas/retróadas por não estarem dentro dos critérios (ele não soube precisar a data).

"Depois disso houve outro cadastro e tinha carteiras que realmente foram suspensas irregularmente pelo Ministério da Pesca e que voltaram ao sistema exatamente em função do defeso por decisão da justiça. Tudo isso passa por investigação do governo federal", aponta o presidente.

## Resultados

A ação de controle avaliou a regularidade dos beneficiários inscritos no RGP, a segurança da base de dados do RGP, o processo de concessão de licenças de pesca aos pescadores profissionais e o processo de fiscalização adotado pelo Mapa. Além de constatar o pagamento irregular do seguro, o relatório aponta cadastros irregulares, ausência de fiscalização e inadequação dos Processos de Cadastro.

"Os controles existentes no sistema são vulneráveis e não evitam a ocorrência de falhas no cadastro dos pescadores, nem

mitigar os riscos de exploração das vulnerabilidades. Destaca-se que íngens e senhas de acesso de servidores eram utilizadas por funcionários terceirizados, com ou sem o consentimento dos titulares", diz o relatório. A fragilidade na base de dados do SisRGP permitiu um pico na quantidade de registros (24.430) justamente no mês anterior ao do pleito eleitoral de 2014. O mesmo não foi observado no mês de setembro de 2015 (3.214 inscrições). O fato reforça a tese da CGU de que o cadastro estava sendo utilizado para fins eleitorais que direcionam a política pública.

## Recomendações

A partir das constatações levantadas, a CGU recomendou que, durante processo de recadastramento nos inscritos, sejam incluídos, nos normativos do registro do pescador, elementos objetivos para a concessão de pesca comercial. Também se recomendou que fossem criados mecanismos de responsabilização das entidades representativas de

pescadores quanto à veracidade das informações prestadas; que institucionalizasse um Plano Nacional de Fiscalização do RGP, e que adotassem estratégia de divulgação local nos municípios mais críticos e outras medidas de transparência pública visando a estabelecer sobre as regras do registro e das situações consideradas irregulares.

## Valor acumulado dos pagamentos do seguro defeso (R\$) jan2010 - mar2015



## Estados/(%) beneficiários que não se enquadram nos requisitos

RO - 100,00%	PA - 76,74%	RS - 50,00%
SE - 86,05%	ES - 75,00%	AM - 44,25%
AP - 85,71%	TO - 75,00%	RN - 34,30%
AC - 84,62%	MG - 74,88%	CE - 32,03%
SC - 82,76%	SP - 67,50%	RJ - 30,77%
DF - 82,76%	PI - 65,63%	PB - 22,45%
MA - 78,23%	AL - 58,97%	
BA - 77,76%	MT - 54,55%	

## Municípios maranhenses entrevistados

Maranhãozinho - 100%	Vitorino Freire - 78%
Brejo - 100%	Pinheiro - 76%
Urbano Santos - 100%	Raposa - 75%
Itaipeditina - 100%	Viana - 70%
Pio XII (MA) - 100%	Vitória do Meirim - 67%
Presidente Médici - 94%	das Candeias - 60%
Rosário - 91%	São José de Ribamar - 90%
São José de Ribamar - 90%	São Luís - 50%
Magalhães - 90%	Pinheiro-Mirim - 33%
Maranhão do Norte - 86%	Cajari - 30%

FONTE: MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)



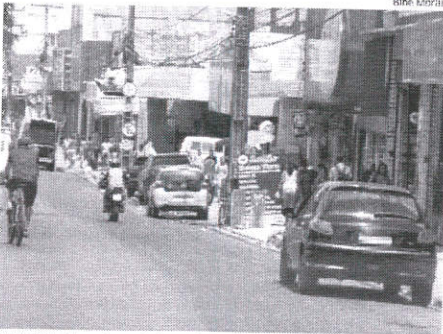
MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	10 / 10 / 2017	02	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

## Estacionar em área proibida é comum no João Paulo

Mesmo com estacionamento proibido, condutores insistem em pôr carros até em cima de calçadas



Ribeiro Mourais

Motoristas flagrados estacionados em cima da calçada no João Paulo

Sinal de alerta. Essa é a estratégia utilizada por vários motoristas que estacionam em local proibido na Avenida São Marçal, no bairro do João

Paulo. O Estado flagrou vários pontos na manhã de ontem, onde os condutores estacionam até em cima da calçada.

Essa é uma situação que atrapalha a fluidez no trânsito naquela região. A região da feira do João Paulo é um dos pontos de maior congestionamento em horários de pico. Por essa razão, o estacionamento de veículos é proibido ali.

João da Costa, de 54 anos, que tem um comércio naquelas proximidades, disse que isso é comum. "Todos os dias eles deixam os carros aí com sinal de alerta ligado pra poder fazerem de conta de que é rápido. Alguns nem ligam o alerta e deixam mesmo com placas do lado informando que o estacionamento aqui é proibido", relatou.

Os condutores que estacionarem em local horário proibido pela sinalização estão sujeitos a multa de R\$ 130,16, renovação do veículo pela fiscalização (caso haja) e quatro pontos na carteira, já que essa é considerada uma infração média. ■

## Leis de trânsito são infringidas na MA-201

Ocorrência mais comum é retorno irregular em frente a shopping na área do conjunto Maiobão



Ribeiro Mourais

Motoristas fazem retorno proibido na MA-201, a Estrada de Ribamar

Motoristas ignoram leis de trânsito e placas de sinalização e infringem as leis em vários pontos da MA-201, rodovia estadual conhecida como

Estrada de Ribamar. O Estado flagrou, na manhã de ontem, casos no trecho próximo a um shopping, no Maiobão.

Segundo moradores dessa região, esse tipo de atitude é muito frequente no local. "Eles fazem isso e ainda ficam zangados se alguém reclamar, o que é um grande problema, que causa congestionamento e atrapalha o trânsito por aqui", disse um homem, que não quis se identificar.

Outro problema comum em retornos naquela região é o fato de que muitos deles não são sinalizados, deixando os motoristas confusos quanto a onde devem, ou não, fazer o retorno. Ainda segundo moradores, isso tem causado problemas, inclusive batidas entre carros e motos ali.

Fazer retorno em local proibido por sinalização é considerada infração gravíssima pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Os condutores que a cometem estão sujeitos a sete pontos na carteira e multa de R\$ 293,47. ■





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	10 / 10 / 2017	02	

# Descarte irregular de lixo causa transtornos na capital

No Barreto, segundo os moradores, área é usada para dispensa de restos de comida, roupas, galhos cortados, eletrodomésticos, como geladeiras, e até sofás; no Turu, moradores realizaram mutirão de limpeza de galeria

Quem já se deparou, andando pelas ruas de São Luís, com lixo e muita sujeira em lugares inadequados? A resposta, com certeza, é afirmativa. E a falta de educação da população é um dos grandes culpados pelos transtornos causados pelos resíduos em ruas e avenidas da capital maranhense. O cenário atual mostra como moradores enfrentam constantemente a sujeira e o mau cheiro próximo de suas residências.

No bairro Barreto, restos de comida, roupas, galhos cortados, eletrodomésticos, como geladeiras, e até sofás já ocupam metade da via, obrigando os motoristas que ali trafegam a andarem na contramão e se expor ao risco de acidentes.

No Turu, a situação está causando transtornos e indignação a moradores da área, que são obrigados a ter o lixo como imagem constante todos os dias. Segundo a dona de casa Conceição Pereira, pessoas que residem no próprio bairro e em localidades vizinhas despejam resíduos sólidos no canal, para onde escoam os dejetos produzidos na área. Até animais mortos são jogados na vala, exalando mau cheiro e atraindo insetos para dentro das casas. "Não consigo comer com tanto mau cheiro. Tenho que fechar toda a casa, porque é insuportável o que vem da rua por causa desse lixo", reclama ela.

No último fim de semana, já cansada de conviver em meio a tanta sujeira e perigo de contaminação, a comunidade do Turu realizou, por



Lixo acumulado em área no bairro Barreto atrapalha trânsito e incomoda moradores

conta própria, um mutirão de limpeza na área, com o objetivo de amenizar a situação. O morador Antônio Carlos Sousa, mais conhecido como Luizão, vigilante contratado pela comunidade para monitorar o local e coibir o despejo irregular de lixo, diz que o cenário atual, mesmo ainda mostrando muito a se fazer, está em melhor estado do que antes da retirada.

"Poucos minutos depois da limpeza, já havia pessoas com sacos e carroças prontas para despejar o lixo. Isso me deixa revoltado, pois a própria população não tem consciência do que está fazendo", disse.

Outro cenário que está passando por modificações é o da Avenida Tarquínio Lopes, onde moradores despejam lixo irregularmente, por meio de caçambas, baldes e carros de mão. Mas, em meio a tanta falta de educação e de consciência, há quem se preocupe com a saúde e o meio ambiente e ainda

garanta o sustento doméstico, separando materiais inservíveis do que pode ser reaproveitado e reciclado. É o caso do catador Aldemir dos Santos, que ganha a vida recolhendo o que ainda pode ser reutilizado, garantindo, assim, o sustento à sua família.

## Limpeza

Por meio de nota, o Comitê Gestor de Limpeza Urbana, da Prefeitura de São Luís, informou que os pontos de lixo localizados próximo ao Castelinho (área do Barreto) foram formados devido à existência de uma caixa estacionária no local, que antes se fazia necessária pelo fato de o caminhão não ter acesso a algumas ruas do bairro.

O Comitê esclareceu ainda que, com a melhoria da infraestrutura viária na comunidade, já é possível a circulação dos veículos de coleta nas ruas, e estes já estão atendendo a todo o bairro de forma regu-



Terreno está servindo de lixão na Avenida Tarquínio Lopes; moradores reclamam

lar. No Barreto, a coleta ocorre toda segunda, quarta e sexta-feira, no período diurno. Entretanto, o descarte irregular de resíduos domiciliares e volumosos nos pontos onde havia caixas estacionárias continua sendo feito.

Sobre o lixo no bairro Turu, a Prefeitura informou que o Comitê

## Comitê esclarece sobre coleta em bairros

Gestor de Limpeza Urbana apoiou o mutirão de limpeza dos moradores do Turu, ocorrido no sábado, 7, e domingo, 8. Durante a tarde de sábado, máquinas de remoção estiveram no local, retirando entulho e resíduos volumosos, como sofás e colchões velhos, que são descartados de forma irregular no local. Durante o domingo, equipes de

limpeza urbana deram suporte à ação dos moradores, auxiliando na coleta e separação adequada dos resíduos, fazendo capina, varrição e remoção manual.

O Comitê ressaltou ainda que faz limpezas constantes no canal do Turu e que a coleta nas residências do bairro está sendo feita regularmente toda terça, quinta-feira e sábado, no período diurno. O órgão destaca também que o apoio da população é fundamental para a manutenção da limpeza urbana e que o descarte feito no Canal do Turu é irregular e coloca em risco o meio ambiente e saúde pública. Será reforçado o monitoramento no bairro Barreto, buscando identificar a origem de descargas irregulares e possíveis falhas na coleta.

## Conscientização

A Prefeitura esclareceu que, para o descarte, os resíduos devem ser

acondicionados em sacos plásticos, na frente do seu respectivo domicílio, nos dias e turnos em que passa a coleta de lixo, os materiais recicláveis e resíduos não coletados por meio do serviço de coleta convencional, como resíduos de construção civil e restos de poda e capina, devem ser descartados em um dos sete Ecopontos próximos ao bairro do Barreto já em funcionamento na capital.

Os Ecopontos funcionam na Avenida dos Africanos, Bequimão, Angelim, Habitacional Turu, Jardim Renascença, Residencial Esperança e Jardim América, nos horários de 7h às 19h, de segunda-feira a sábado. A população pode fazer o descarte por meio de carroceiros, carros de mão e picapes.

Já no bairro do Turu, o Ecoponto fica localizado no Habitacional Turu, na Travessa G, próximo ao antigo Supermercado Mateus da Avenida São Luís Rei de França. ●

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA	10/10/2017	03	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

# Em nove meses, 460 assaltos a coletivos registrados na Ilha

Situação está deixando trabalhadores e passageiros assustados, já que os ataques dos bandidos estão cada vez mais violentos; segundo dados do sindicato da categoria, este mês, de domingo a segunda, ocorreram seis assaltos

ISMAELARAÍDO  
Da redação de Polícia

Quatrocentos e sessenta coletivos já foram assaltados, de janeiro deste ano até o mês passado, na Região Metropolitana de São Luís, segundo dados do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado do Maranhão (Sitrema). Somente em setembro, foram 54 ocorrências desse tipo, o dobro em relação ao mês anterior, que registrou 26 casos. Este mês, da noite do último domingo e até a madrugada de ontem, seis ônibus foram alvos de criminosos ao circular no trecho entre a Avenida Litorânea, no Calhau, a Beira-Mar e o Centro.

A polícia declarou que esses últimos casos teriam sido praticados por pelos menos 30 bandidos, integrantes de facções criminosas. O delegado Sebastião Uchoa informou que os assaltantes atacaram os coletivos na Litorânea, São Francisco, Beira-Mar e na Ponta d'Areira. Inclusive, em um dos casos houve registro de rivalidades entre facções criminosas rivais.

Os militares foram acionados e conduziram 15 suspeitos ao plantão de Polícia Civil das Cajazeiras, no Centro, mas apenas 10 foram autuados pelo delegado. Uchoa informou, que entre os autuados por roubo a coletivo, havia seis adultos



Henrique Keven Ferreira foi morto durante assalto a ônibus

e quatro menores de idade.

## Sinal vermelho

O presidente do Sitrema, Isaias Cas-

telo Branco, afirmou que o sinal vermelho foi novamente acionado em se tratando de roubo a coletivos na cidade. Segundo ele, os criminosos

“Além do aumento no número de assaltos, a categoria está preocupada, já que os criminosos estão utilizando arma de fogo e agindo com muita violência”

ISAIAS CASTELO BRANCO,  
presidente do Sitrema

## NÚMERO

**Assaltos a coletivo durante este ano na Região Metropolitana**

**Janeiro:** 77 casos  
**Fevereiro:** 64 casos  
**Março:** 84 casos  
**Abril:** 47 casos  
**Maió:** 40 casos  
**Junho:** 40 casos  
**Julho:** 28 casos  
**Agosto:** 26 casos  
**Setembro:** 54 casos

estão portando arma de fogo e agindo com muita violência. Além do aumento nos números de assaltos, a categoria está preocupada,

já que os criminosos utilizam arma de fogo e estão muito violentos”, frisou o presidente.

Ele declarou, ainda, que nos terminais da Cohama e Praia Grande, no Angelim, nas proximidades do Terminal Rodoviário, no Santo Antônio, e no bairro do São Francisco continuam sendo os locais onde mais estão ocorrendo esse tipo de crime. “O que nos resta é buscar auxílio junto às forças policiais para que desenvolvam ações com o objetivo de coibir esse tipo de criminalidade”, enfatizou Isaias Castelo Branco.

Ainda de acordo com o presidente do Sitrema, o mês de março foi o que registrou o maior número de assalto a coletivos. Um total de 84 casos. Em segundo lugar, ficou janeiro, com 77 casos. Fevereiro teve 64 casos; abril, 47 assaltos; maio e junho, 40 assaltos em casa, julho com 28 casos e agosto com 26 ônibus e setembro como assaltados.

## Tiroteio

Isaias Castelo Branco declarou que as ações criminosas deste ano já resultaram em morte e passageiros baleados. Um dos casos mais recente ocorreu no último dia 1º. O assaltante Henrique Keven Ferreira Pereira, de 19 anos, teve acesso a um coletivo, de placas OJM-8729, na BR-135, nas proximidades da fábrica Oleama, como passageiro e inclusive pagando a sua passagem.

O criminoso, portando uma

arma de fogo, após alguns minutos, anunciou o assalto e começou a recolher objetos de valor dos passageiros. Um policial militar, que estava à paisana no ônibus, reagiu ao assalto. Houve tiroteio, que acabou instalando o clima de pânico no coletivo.

O assaltante chegou a disparar mais de cinco vezes, atingindo de raspão o queixo do policial, e outro passageiro foi atingido no ombro. Já o assaltante foi baleado no abdômen e morreu quando o coletivo parou nas proximidades do prédio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), no bairro do Filipinho.

Já no dia 29 de agosto, o motorista da empresa Raurans, Elton Santos, foi baleado durante um assalto ao coletivo que dirigia no bairro do Coqueiro. A vítima foi levada para um hospital particular na capital onde recebeu atendimento médico.

Dois criminosos invadiram o coletivo portando arma de fogo e fizeram o raspa. Um deles fez três disparos em direção ao motorista. Uma das balas atingiu a cadeira e outra o atingiu de raspão no braço.

Um adolescente de 14 anos foi morto a tiros por um policial militar quando tentou assaltar um coletivo, que fazia a linha do Campus da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). O fato ocorreu no Anel Viário, no fim da manhã de 18 de julho deste ano. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	10 / 10 / 2017	03	

## Criminosos invadem casa e matam dois na Vila Itamar

Vítimas estavam dormindo quando foram surpreendidas por pelo menos 15 criminosos; crimes registrados, também, no "Quebrada das Disciplinas", no Santa Clara e no Farol do Araçagi, em Raposa

A polícia informou que 15 criminosos, na madrugada de ontem, teriam invadido uma residência na Vila Itamar, e assassinaram a tiros Júlio Gleyson Pereira, de 33 anos, e Joarlison

Martins Araújo, de 22 anos. A motivação desse crime não foi esclarecida.

O caso está sendo investigado pela Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção a Pessoas

(SHPP) que até a tarde de ontem não havia identificado os acusados. Ainda de acordo com as informações da polícia, as vítimas foram abordadas quando estavam dor-

miando e levaram vários tiros.

Júlio Gleyson e Joarlison Martins morreram no local e os corpos removidos para o Instituto Médico Legal (IML), no Bacanga, para a rea-

lização dos exames e em liberados para os familiares.

Ainda ontem, pela manhã, ocorreu um homicídio no "Quebrada das Disciplinas", no bairro da Santa Clara. A polícia informou que Juan

Civil está investigando o caso. Há informações de que a vítima era usuária de droga e teria saído recentemente de uma clínica de reabilitação, localizada na capital.

### Mais morte

Uma equipe da SHPP também está investigando a morte de Rafael Favares Tito, o Rafaezinho, de 21 anos. A polícia declarou que a vítima era ex-presidiário e tinha deixado o presídio recentemente. Na noite do último domingo, ele foi morto a tiros por dois homens, não identificados, na porta de sua residência, no Farol do Araçagi, na cidade de Raposa. ●

### SHPP ainda sem pista dos criminosos

Silva, de 20 anos, foi morto a golpes de faca e os principais acusados são integrantes de uma facção criminosa e traficantes de droga. A Polí-

## Homem mata mãe e filha a marretadas na cidade de Codó

Barbárie ocorreu no bairro São Pedro e teria sido motivada por questão de empréstimo bancário

Uma barbárie ocorreu ontem, na cidade de Codó. Mãe e filha, identificadas apenas como Naia e Leuri, respectivamente, foram mortas a golpes de marreta na cabeça em uma residência, no bairro São Pedro. De acordo com as informações da polícia, o autor desse crime foi Antônio Bezerra de Jesus, de 52 anos, que teria como motivo questões de empréstimo bancário.

"Eu peguei a marreta e lasquei na cabeça delas", disse o acusado para a polícia. O tenente-coronel Jurandir Braga, comandante do 17º Batalhão da Polícia Militar, declarou, em entrevista à Rádio Mirante AM, que o suspeito disse na delegacia que Naia, uma das vítimas, teria feito três empréstimos bancários e não teria recebido nenhum valor. Um desses empréstimos foi de aproximadamente R\$ 6 mil.

Ainda segundo Jurandir Braga, o acusado teria chamado Naia ontem pela manhã para conversar em sua residência e ao cobrá-la acabaram discutindo. Durante a briga, ele teria perdido o controle emocional e desferido vários golpes de marreta na

cabeça da mulher.

A filha da vítima, ao presenciar a cena, acabou gritando por socorro e por isso também foi morta a golpe de marreta. Mãe e filha morreram no local e os seus corpos foram arastados até o quintal da casa do acusado, que ainda chegou a cavar um buraco, onde pretendia enterrar os corpos.

Jurandir Braga informou, também, que a polícia foi acionada pelos moradores e uma guarnição, ao chegar ao local, encontrou o local com várias marcas de sangue, principalmente na sala. Já os corpos das vítimas estavam no quintal. O acusado foi preso ainda no local e conduzido até a delegacia dessa cidade.

### Revoltada

Os moradores se aglomeraram em frente à residência onde ocorreu o crime e muitos deles, revoltados, pretendiam linchar o acusado. Os militares, quando saíram do local, tiveram que usar spray de pimenta para afastá-los.

Alguns dos populares tentaram



Antônio Bezerra (detalhe) matou mãe e filha por questão de dinheiro

tomar o acusado das mãos dos militares, mas foram contidos. Já os corpos das vítimas foram removidos para o hospital de Codó e o local do crime foi periciado ainda ontem pela Polícia Técnica. As vítimas ainda não foram identificadas até a tarde de ontem e em poder delas foram encontrados documentos falsos. "Não se pode brincar com a população revoltada, e a Polícia Militar foi obrigada a usar dos meios necessários para impedir que o acusado fosse linchado", justificou Jurandir Braga.

### Tiroteio

Já em Rosário, um tiroteio ocorrido

durante a noite do último domingo, nas proximidades de um bar, no bairro Cidade Nova, resultou na morte de um jovem, identificado apenas como Carlinhos. A polícia foi acionada, mas não conseguiu prender os acusados e também não informaram a motivação desse crime.

Nessa mesma noite, dois homens, não identificados, mataram a tiros Delmir Barros Filho, o Filhinho, de 38 anos, dentro de um bar, no bairro Santa Cruz, no município de Miranda do Norte. Mariana Mendes Araújo, de 22 anos, também levou um tiro no pé, efetuado pelos criminosos. ●

## Adolescentes fogem de unidade da Funac

Fato ocorreu no domingo, em Imperatriz, com a fuga de quatro menores; dois foram recapturados

Mais uma vez foi registrada fuga na unidade da Fundação da Criança e Adolescente (Funac) do bairro de Ouro Verde, na cidade de Imperatriz. O segundo caso em menos de um mês. No último domingo, quatro adolescentes conseguiram fugir dessa unidade de ressocialização e até a tarde de ontem dois deles já haviam sido recapturados pela polícia.

Os fugitivos respondem a ato infracional correspondente a crimes de homicídios e assalto à mão armada. Um deles, que tem apenas

13 anos, é acusado de ter assinado a tiros e roubado um comerciante na porta do seu estabelecimento comercial, no município de Davinópolis.

Guarnições da Polícia Militar estão realizando incursões pela Região Tocantina para prender os outros dois fugitivos, e um processo administrativo foi aberto pela direção dessa unidade da Funac para apurar as circunstâncias da fuga.

Integra em [oestadoma.com/435718/](http://oestadoma.com/435718/)

### DESAPARECIDO



### Elsonilton Meireles Rodrigues,

de 43 anos, está desaparecido desde o dia 10 de setembro. Ele é morador na cidade de São Paulo, mas desapareceu durante uma viagem a São Luís. Qualquer informação, ligar para o número 98-99995-5232, 011-98577-6588 ou 011-96431-2260.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	10/10/2017	04	

# Matou duas mulheres a marretadas

Durante uma cobrança, Antonio Bezerra discutiu com uma mulher e a matou a golpes de marreta. A filha, desesperada ao ver a mãe morta, também foi assassinada. Vizinhos informaram a polícia, que prendeu o criminoso quando fazia uma cova para esconder os dois cadáveres

DOUGLAS CUNHA

Em Codó, um homem identificado como Antônio Bezerra de Jesus, de 52 anos, matou duas mulheres a marretadas e foi preso quando fazia uma cova para enterrar os dois corpos. Tudo aconteceu quando uma mulher conhecida como Náia e sua filha Leuri foram a casa de Antônio de Jesus, ocasião em que ele cobrou algum dinheiro e se desentendeu com Náia, agredindo-a com uma marreta e matando-a. A filha da vítima, Leuri, vendo a mãe morta, desesperou-se e passou a gritar muito, o que foi suficiente para Antônio de Jesus desferir-lhe uma marretada, matando-a também.

Assim, Antônio de Jesus

tratou de cavar um buraco no quintal de sua casa, para onde havia arrastado os dois cadáveres. Neste instante, os policiais militares invadiram a casa e prenderam o assassino. Aconteceu que os vizinhos, atraídos pelos gritos da mulher, seguindo-se de profundo silêncio, avisaram a polícia. Os militares tiveram muito trabalho para sair com o assassino da casa em que matou as mulheres, visto que a população queria linchá-lo e teve que usar de muita energia para poder conter os moradores revoltados com a barbaridade do crime.

O assassino alega que Náia vinha fazendo empréstimos em sua conta bancária e não o estava pagando. Ao cobrar a dívida, travaram uma discussão, em que ele acabou perdendo a cabeça e matando as duas mulheres.



Antônio matou as mulheres e queria esconder os corpos

MUITO SANGUE

## Oito crimes na Grande São Luís

Oito crimes de homicídio foram registrados na região metropolitana de São Luís neste fim de semana. No último sábado, quando saía de uma festa na região da Praia Grande, o investigador da Polícia Civil Julio César Batista e sua namorada foram surpreendidos por três homens que os assaltaram, tomando-lhes os pertences.

O policial civil, sem seguida, passou a perseguir os assaltantes e atirava contra os referidos, tendo uma de suas balas atingido um rapaz que conversava com amigos e nada tinha a ver com o assalto ao policial. A vítima Jamilson Clayton Machado Pereira teve morte imediata. O investigador Julio César foi detido por policiais da Cptur e apresentado no Plantão da Polícia Judiciária, onde foi autuado em flagrante e recolhido à Unidade de Detenção de Policiais Cívicos, na Cidade Operária.

No Recanto Verde, na região da Vila Itamar, foi registrado um duplo homicídio. Consta que, por volta das 1h30 da madrugada de ontem, cerca de quinze homens invadiram uma casa naquela comunidade e mataram dois tiros, enquanto dormiam, Julio Glécio Pereira, conhecido



Jovem foi vítima de bala perdida. Ele não tinha nada a ver com o assalto ao policial civil

como "Gardinho", e outro conhecido como Joarlisson "Peixinho". Este já havia sido "disciplinado" pela facção criminosa que domina a região e que profere a prática de crimes na região em que está instalada. Na manhã de ontem, populares encontraram um cadáver, na região conhecida como "Quebrada das Disciplinas", na periferia da Vila Santa Clara. O corpo, não identificado até o momento do fechamento desta edição, apresentava perfurações de faca.

Na Estrada da Androba, no Cruzeiro de Santa Bárbara, foi

encontrado um cadáver identificado como sendo de Afonso Cardoso, de 19 anos. Ele teria sido vítima de brutal espancamento, na noite do último domingo. Em Juçatuba, zona rural de São José de Ribamar, um homem conhecido como Jairo Fortela foi morto a facadas, na madrugada de sábado (7). São desconhecidas a autoria do crime e suas circunstâncias.

No bairro Mirirã, em São José de Ribamar, onze homens invadiram a Choppera do Ribinha e tentaram matar o proprietário. Ribinha reagiu e con-

seguiu ferir um dos agressores, João Batista de Sousa Santos, com uma facada. Foi socorrido e levado para o Hospital II, onde morreu.

No Farol do Araçagi, na noite de domingo (8), cerca de vinte homens mataram a tiros um indivíduo conhecido como "Azulzinho", quando este se encontrava na porta de sua casa. Era um homem muito temido na comunidade, por ser criminoso contumaz. Há cerca de três meses, matou um homem, foi preso e agora liberado e narra num crime que tem conotação de vingança. (DC)

GUIMARÃES.....

## Traficantes perigosos são capturados

Em cumprimento a mandado judicial de busca e apreensão, policiais da Delegacia de Guimarães prenderam dois homens considerados os maiores traficantes do município e da região. Foram presos Anilton Costa Correia, conhecido como "Niteca", de 42 anos; e José Carlos Santos Lima,

o "Caxuta", de 39 anos. Em poder dos dois, os policiais apreenderam muita droga e vários objetos, produtos de furto.

"Caxuta" já é conhecido da polícia, visto já ter sido preso por duas vezes, pela mesma prática delituosa. Ambos foram recolhidos ao xadrez, ficando à disposição do Judiciário. (DC)



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Noticias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	10/10/2017	12
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

## Grupo de 15 membros de facção mata dois rapazes por 'indisciplina'

Na madrugada dessa segunda-feira (9), duas pessoas foram assassinadas com disparos de arma de fogo no Recanto Verde, na região da Vila Itamar, zona rural de São Luís. Segundo informações divulgadas pela polícia, aproximadamente 15 homens armados invadiram uma residência e mataram Júlio Gleyson Pereira, de 33 anos, Joarlison Martins Araújo, 22, que teriam sido executados por cometer roubos na comunidade. O Centro Integrado de Operações de Segurança (Ciops) disse que os bandidos entraram na casa por volta de 1h, após uma reunião da "disciplina" ter decretado a morte de Júlio, conhecido como "Gordinho", e Joarlison, o "Peixerinho", pois estes não obedeceram a ordem da facção Bonde dos 40 em não cometer assaltos no bairro. Uma das vítimas, inclusive, teria já sofrido uma punição dos criminosos com um disparo de arma de fogo na mão.

### OUTRAS MORTES

No turno matutino, mataram a tiros um homem ainda não identificado na região da "Bacia", em um local conhecido como "Quebrada das Disciplinas", na Santa Clara. A vítima foi atingida com diversas facadas, por volta das 11h30. Durante o fim de semana, na madrugada de sábado (7), ocorreu o óbito de Gemyson Kleyton Machado Pereira, 29, no Centro Histórico, tendo sido



Dupla teria sido executada por cometer assaltos no Recanto Verde, região da Vila Itamar

assassinado por um policial civil que perseguiu três assaltantes, mas um dos disparos acertou a cabeça do rapaz.

Pouco depois, na Juçatuba, em São Luís, Jairo Portela Aquino, 29, morreu depois de ser esfaqueado por desconhecidos. Quando anoiteceu, João Batista de Sousa Santos, 47, não resistiu após receber facadas no Mutirão, em São José de Ribamar. Ele, segundo a polícia, se envolveu com mais 10 comparsas em uma tentativa de homicídio contra o dono de um bar conhecido

como "Ribinha", mas este reagiu e conseguiu atingir um dos integrantes do grupo com uma faca que portava.

Na Andiroba, área rural de São Luís, um homem foi espancado até a morte por volta das 4h de domingo (8), em uma estrada que dá acesso ao bairro. Perto das 20h, desconhecidos assassinaram a tiros Rafael Tavares Tito, 21, no Alto do Farol, em Raposa. "Azulzinho", como era conhecido, tinha saído recentemente da cadeia e era temido na região por cometer assaltos e homicídios. (NM)

## Homem é baleado por PM e morre na entrada de bar em Rosário

Na noite de domingo (8), por volta das 22h30, ocorreu um homicídio na cidade de Rosário, na porta de um bar, perto da Praça do Coqueiro. Lá, caiu morto Carlos Augusto Sousa e Sousa, de 24 anos, o "Carlinhos", após ter sido baleado nas proximidades do local. Segundo informações obtidas com fontes da Polícia Civil, o autor dos disparos seria um policial militar identificado como Geovane Cantanhede. Conforme apurado pela reportagem do **Jornal Pequeno**, Carlos Augusto e um comparsa de nome Fabrício aguardavam, no bairro Malvinhas, Geovane, que é soldado, para matá-lo. Porém, o militar reagiu e trocou tiros com a dupla, que fugiu. O policial, então, embarcou em uma moto Honda Bros e perseguiu os suspeitos que pretendiam assassiná-lo, e, nesse percurso, houve confrontos pontuais, sendo que Cantanhede foi atingido de raspão no abdômen. A Delegacia Regional de Rosário apurou que, já na porta do bar, "Carlinhos" caiu morto depois de ser atingido por disparos desferidos pelo militar, enquanto Fabrício conseguiu escapar. Depois, o PM fugiu do local e até o fechamento da edição desta matéria não tinha sido encontrado ou se apresentado. Investigadores da Polícia Civil que estiveram no estabelecimento comercial apreenderam duas pistolas calibre 380 utilizadas no tiroteio. (NM)



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	10/10/2017	12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

# Seis ônibus são assaltados e 15 pessoas são apresentadas no Plantão Central

NELSON MELO

Em seis assaltos ocorridos na capital maranhense, durante a noite de domingo (8) e madrugada de ontem (9), 15 pessoas (entre homens e mulheres), incluindo adolescentes, foram conduzidas ao Plantão Central das Cajazeiras, sendo que dez foram autuadas em flagrante. Em um dos casos, por pouco não houve confronto entre 30 membros de facções rivais no interior de um coletivo, segundo declarações da Polícia Civil. Como explicou o delegado Sebastião Uchôa, do Plantão das Cajazeiras, os roubos a coletivos aconteceram no São Francisco, Avenida Beira-Mar, Avenida Litorânea e na Ponta d'Areia. Neste último bairro, um ônibus foi alvo de 30 bandidos, sendo que, assim que parte de um grupo desceu do veículo, já com os pertences das vítimas, outro bando, da facção rival, subia. Quase ocorria um duelo entre os desafetos, embora tenham se estranhado, deixando os passageiros, o motorista e o cobrador apavorados porque qualquer um ali poderia ser atingido por bala perdida. Em uma das situações, ocorridas na Avenida Beira-Mar, por volta das 20h15, o Batalhão de Policiamento de Turismo (BPTur)



FOTOS/DIVULGAÇÃO

Grupo de assaltantes quando era apresentado no Plantão Central das Cajazeiras; Felipe Almeida foi preso após assaltar ônibus na Avenida Beira-Mar

capturou Felipe Almeida Barros, de 20 anos, e um adolescente de 16, que haviam roubado passageiros em um ônibus que trafegava pela Ponte José Sarney (Ponte do São Francisco). Quase no mesmo horário, outra equipe fez a detenção de três adolescentes na mesma avenida, sendo que eles ainda foram agredidos por populares. O delegado Sebastião Uchoa disse que dos 15 conduzidos ao local, entre adultos e adolescentes, dez tiveram o auto de prisão lavrado após o registro de três assaltos a ônibus que ocorreram na área da Avenida Beira-Mar e do bairro do São Francisco. Os roubos foram cometidos com arma

branca ou com simulacro de arma de fogo. A quantidade desses roubos, ainda mais sendo três de forma simultânea, impressiona porque mostra uma organização de grupos da mesma facção em bairros distintos.

## REDUÇÃO

Recentemente, o Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário do Maranhão (STTRMA) divulgou com entusiasmo uma redução drástica nos índices de assaltos a ônibus na região metropolitana em julho e agosto, que fecharam, respectivamente, com 28 e 26 casos, sendo contabilizados como os meses com menores

ocorrências neste ano. Com setembro encerrado, registrando 54 roubos a coletivos, o ano até agora já possui 460 assaltos, quinze situações a menos que o mesmo período de 2016, que fechou com 475, conforme dados do Sindicato dos Rodoviários. Em setembro, disse Isaias Castelo Branco, presidente do STTRMA, os assaltos aconteceram com mais frequência nos terminais de integração da Cohama e Praia Grande; Angelim (Avenida Jerônimo de Albuquerque); Avenida dos Franceses (perto da rodoviária de São Luís) e São Francisco (em pontos diversos da Avenida Marechal Castelo Branco).

DIVULGAÇÃO



Antônio Bezerra foi capturado quando cavava covas para enterrar as duas vítimas

## Mãe e filha são mortas com golpes de marreta na cidade de Codó

Duas mulheres foram mortas de forma cruel na manhã dessa segunda-feira (9), na cidade de Codó, com diversos golpes de marreta na cabeça, sendo que ficaram com o rosto irreconhecível. O autor, Antônio Bezerra de Jesus, de 53 anos, foi preso em flagrante quando cavava uma cova no quintal da sua casa para enterrar as vítimas, que eram mãe e filha e foram identificadas, respectivamente, como "Naia" e "Neuri".

Segundo o 17º Batalhão de Polícia Militar (BPM), as duas mulheres chegaram à residência do homem por volta das 11h, para conversar

sobre três empréstimos que uma delas fez em nome de Antônio Bezerra. Mas os três discutiram e Antônio segurou uma marreta e lançou na cabeça de "Naia", que caiu já praticamente morta. Depois, arremessou o objeto pesado em "Neuri", quebrando o crânio das duas com golpes subsequentes. Devido ao grito de "Neuri", ao presenciar sua mãe ser atacada, vizinhos entraram em contato com a polícia, que entrou na casa e flagrou Antônio com uma pá, que era usada para abrir dois buracos no quintal para enterrá-las. O conduzido disse na delegacia que a mais velha fez empréstimos nos

valores de R\$ 5 mil, R\$ 1.500 mil e R\$ 2.500, sempre utilizando o nome dele, sem autorização. Ele alegou que estava com a "cabeça quente" quando matou as duas, e confirmou que as duas estavam aplicando golpes bancários em várias pessoas. Por pouco, Antônio seria linchado, pois várias pessoas se aglomeraram em frente à residência para matá-lo, mas os policiais militares impediram que isso acontecesse. Como mais moradores chegavam para espancá-lo, as guarnições tiveram de utilizar spray de pimenta para afastar a multidão.

(NELSON MELO)



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Outros	ESTADO
DATA	10/10/2017	6	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Balsas

# Policiais militares acusados por morte de estudante são denunciados pelo MPMA

O Ministério Público do Maranhão ofereceu, na última segunda-feira (2), Denúncia contra quatro policiais militares acusados de matar a estudante Karina Brito Ferreira e de tentativa de homicídio da irmã dela, Kamila Brito Ferreira, em Balsas. A denúncia é assinada pela promotora de justiça Rita de Cássia Pereira Souza, da 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balsas.

Os policiais André Zacarias Passos Dias, Bruno Rafael Moraes, Joas Gomes Nunes e Raifran de Sousa Almeida foram denunciados por homicídio doloso (quando há intenção de matar) qualificado, mediante recursos que impossibilitaram a defesa da vítima.

De acordo com o MPMA, as vítimas voltavam de um

DIVULGAÇÃO



Kamila e Karina tiveram o carro crivado de balas, a primeira saiu ferida e a segunda morreu

velório, na madrugada de 14 de dezembro do ano passado, quando foram perseguidas pelos policiais militares em um carro descaracterizado. Elas

receberam diversos tiros e mesmo após o carro delas estar parado continuaram a ser alvejadas. Karina Ferreira tinha 23 anos e levou 17 tiros.

Os denunciados realizavam diligências com o objetivo de localizar o esconderijo da associação criminosa que explodiu as agências do Banco do Brasil e do Bradesco, no dia anterior ao homicídio, na cidade de Fortaleza dos Nogueiras, quando avistaram o veículo das vítimas e as perseguiram. Ao serem ouvidos pela autoridade policial, Raifran de Sousa Almeida negou a prática do crime, afirmando que atirou apenas nos pneus. Os policiais militares Bruno Rafael Moraes e André Zacarias Passos Dias confessaram a prática do delito e Joas Gomes Nunes negou. O Ministério Público solicitou à Justiça o recebimento da Denúncia e o prosseguimento do processo até julgamento pelo Tribunal do Júri.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	10 / 10 / 2017	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

CAPA



Kamila e Karina voltavam de um velório, quando foram perseguidas por PMs em um carro descaracterizado

## PMS são denunciados por morte de jovem durante perseguição em Balsas





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	10/10/2017	5	

# DÍVIDAS DE EMPRÉSTIMO

## Homem endiabrado mata mãe e filha com marretadas na cabeça

Um duplo assassinado, caracterizado como feminicídio e homicídio ocorrido na manhã desta segunda-feira (09) chocou a população do município de Codó, no interior maranhense.

O homem, identificado como Antonio Bezerra Jesus, 53 anos, matou, com requintes de crueldade, duas mulheres, no caso mãe e filha, com golpes de marreta. Segundo informações, o homem estava em sua casa quando as duas mulheres chegaram para uma conversa. Foi iniciada uma discussão quando o homem teria se exaltado e atingido a mãe com uma marreta e logo em seguida a filha. A briga teria ocorrido porque uma delas teria feito empréstimos em seu nome.

Antonio Bezerra de Jesus, de 52 anos, disse ser natural de Codó e nunca ter dado qualquer trabalho à polícia. Ontem pela manhã, disse ter 'perdido a cabeça' quando



Antonio confessou o crime e disse que agiu assim porque perdeu a cabeça

foi cobrar duas mulheres, à quem identificou somente pelos nomes de Naia e Leuri, mãe e filha.

Após matar as duas mulheres, o homem trancou a porta e iria enterrar os corpos no quintal de sua casa. A polícia foi acionada por vizinhos e chegou ao momento em

que o acusado estava cavando uma cova para enterrar os corpos.

O acusado foi preso por homens da Polícia Militar e levado sob intensa revolta de populares, que queriam iniciar um linchamento. Os corpos foram analisados por médicos do Samu, que ape-

nas constataram as mortes. As duas ficaram com o rosto deformado devido as pancadas desferidas pelo assassino.

Em entrevista à imprensa, o acusado disse que uma das vítimas vinha fazendo empréstimo usando o nome dele. Quando começaram a falar sobre este assunto na casa dele, na Rua S. Silva, ele ficou agressivo e acabou matando a mulher mais velha com uma marreta, depois, como a filha gritava demais, matou a jovem também e depois começou a cavar um buraco no quintal para se livrar dos corpos.

Um grande número de pessoas se aglomerou em frente à residência enquanto até a polícia tentava entender o que levou Antonio Bezerra de Jesus, a matar mãe e filha brutalmente. Na saída, a PM teve que usar até spray de pimenta para afastar populares que chegaram a pedir para linchá-lo.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	10/10/2017	5	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

## Quatro jovens são assassinados em chacina no Bom Jardim

Quatro jovens foram assassinados dentro de uma casa em chacina registrada no Bairro Bom Jardim, em Fortaleza. O crime ocorreu no domingo (8), na Rua Guapé Verde.

A Polícia Militar foi acionada para atender uma ocorrência de disparos de arma de fogo, que foram efetuados dentro de uma casa. Uma ambulância do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) foi acionada, mas todos já estavam em óbito.

As vítimas foram identificadas por Rafael Bezerra Oliveira (17), Adriano dos Santos Moreira (20), Francisco Josué Araújo da Silva (18) e Luiz Carlos de Oliveira (14). A Polícia Civil investiga as circunstâncias do crime.

A Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) informou, por meio da Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (Ciops), que viaturas da Polícia Militar estão em buscas no bairro Bom Jardim, no intuito de prender o grupo suspeito de cometer a chacina.

A Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) e a Perícia Forense do Estado do Ceará (Pefoce) realizam os primeiros levantamentos, acerca do fato, e um inquérito policial será instaurado na delegacia especializada, que ficará a frente das investigações.

## Motora afobado não para em blitz e atropela policial em São Luís

Um motorista ainda não identificado não parou em uma blitz em São Luís e acabou atropelando um policial que estava trabalhando na operação no trânsito.

Segundo informações da Secretaria de Segurança Pública (SSP), por meio do Centro Integrado de Operações de Segurança (Ciops), a blitz

ocorreu por volta das três horas da madrugada. Um carro azul de placa não identificada teria desobedecido a ordem de parada e passou em alta velocidade, inclusive atropelando um dos policiais que participavam da blitz.

A polícia realizou alguns disparos contra o carro e um dos disparos acabou atingin-

do uma pessoa que estava no veículo que foi levada Hospital Municipal Djalma Marques (Socorrão 1). No local, a pessoa foi liberada e prestou esclarecimentos no Plantão Central da Polícia Civil.

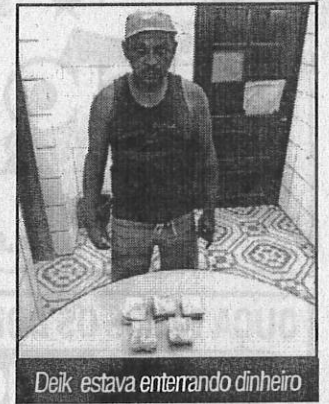
A SSP informou que vai prosseguir com as buscas para identificar todas as pessoas que ocupavam o carro.

## Homem é preso com quase R\$ 10 mil em terreno baldio na Jordoa-

Por volta das 9h40 desta segunda-feira (9), uma guarnição do 9º Batalhão de Polícia Militar (BPM) apreendeu, em dinheiro vivo, R\$ 9.096 mil, na Travessa da União, Jordoa, em São Luís. A grana foi localizada com Deik Pereira dos Santos, capturado dentro de um terreno baldio após uma perseguição. A quantia recolhida, provavelmente, foi adquirida da venda de drogas.

Assim que observou a via-

tura, o suspeito correu e entrou no terreno, mas a equipe o seguiu, alcançando-o pouco depois, como o tenente-coronel Harlan, comandante do 9º BPM, frisou. Na residência do criminoso, os policiais encontraram um papelote de substância parecida com maconha. Com a quantia e o entorpecente apreendidos, a guarnição conduziu Deik para o 2º Distrito Policial (DP), João Paulo.



Deik estava enterrando dinheiro

## Militares são denunciados por homicídio qualificado de estudante

O Ministério Público do Maranhão ofereceu, na última segunda-feira, 2, denúncia contra quatro policiais militares acusados de matar a estudante Karina Brito Ferreira e de tentativa de homicídio da irmã dela, Kamila Brito Ferreira, em Balsas. A denúncia é assinada pela promotora de justiça Rita de Cássia Pereira Souza, da 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balsas.

Os policiais André Zacarias Passos Dias, Bruno Rafael Moraes, Joas Gomes Nunes e Raifran de Sousa Almeida foram denunciados por homicídio doloso (quando há intenção de matar) qualificado, median-

te recursos que impossibilitaram a defesa da vítima.

De acordo com o MPMA, as vítimas voltavam de um velório, na madrugada de 14 de dezembro do ano passado, quando foram perseguidas pelos policiais militares em um carro descaracterizado. Elas receberam diversos tiros e mesmo após o carro delas estar parado continuaram a ser alvejadas. Karina Ferreira tinha 23 anos e levou 17 tiros.

Os denunciados realizavam diligências com o objetivo de localizar o esconderijo da associação criminosa que explodiu as agências do Banco do Brasil e do Bradesco,

no dia anterior ao homicídio, na cidade de Fortaleza dos Nogueiras, quando avistaram o veículo das vítimas e as perseguiram.

Ao serem ouvidos pela autoridade policial, Raifran de Sousa Almeida negou a prática do crime, afirmando que atirou apenas nos pneus. Os policiais militares Bruno Rafael Moraes e André Zacarias Passos Dias confessaram a prática do delito e Joas Gomes Nunes negou.

O Ministério Público solicitou à Justiça o recebimento da Denúncia e o prosseguimento do processo até julgamento pelo Tribunal do Júri.